

Como começou a roubalheira

O esquema de corrupção no Orçamento da União dentro do Congresso está dividido em duas fases: a das subvenções, que predominou de 1984 a 88, e a das empreiteiras, iniciado em 88 e que funcionou sem atropelos até 93. Esta é uma das conclusões de um relatório especial produzido pela Subcomissão de Emendas, já entregue ao relator Roberto Magalhães (PFL-PE), que procura desvendar o funcionamento do núcleo do poder na Comissão Mista de Orçamento.

O primeiro período, que coincide com a redemocratização do país, corresponde à criação das dotações globais e das listas de subvenções. Esta foi a fórmula encontrada, via fisiologismo, para valorizar o Congresso que estava impedido de mexer no Orçamento. Com a Constituição de 88, os parlamentares passaram a mexer em parte do Orçamento e aí entraram em cena as empreiteiras. Foi criada a figura da *janela orçamentária*, em que pequenas dotações feitas por parlamentares se transformam em grandes liberações de recursos através de créditos suplementares enviados pelo Executivo. O poder de fogo das empreiteiras, o prestígio dos parlamentares envolvidos e o interesse dos funcionários do governo passaram a ser decisivos na hora de negociar a liberação de recursos. "O auge da ação das empreiteiras ocorreu em 91, cujo requinte foi traduzido pelos documentos apreendidos na Odebrecht", afirmou o deputado Sérgio Miranda, integrante da Subcomissão.

Esta fase que, se pode dizer, dura até hoje, mudou a forma de agir em 91, com a crise na Comissão de Orçamento, que resultou na destituição do deputado João Alves da relatoria. A partir desta crise, o núcleo do poder na Comissão passou a influir diretamente no Executivo, colocando na proposta do governo as emendas de seu interesse (verbas carimbadas), e atuando através de *laranjas* na Comissão de Orçamento. "Alguns parlamentares viraram relatores parciais, às vezes sem saber a que interesses serviam", conclui Miranda. O núcleo do poder da Comissão era formado pelos parlamentares em cargos mais importantes (relator geral, presidente e relatores parciais).